

O FENÔMENO DOS “BRASILEIROS” NO SÉCULO XIX

*Dário Moreira de Castro Alves*¹

Surgiu, no século XIX, um padrão de emigração portuguesa que se tornou clássico na história e na literatura. Um jovem, adolescente ainda, ou com um pouco mais de idade, pobre, ambicioso de trabalhar e ganhar dinheiro, com iniciativa e inteligência, ia para o Brasil e se entregava à atividade do comércio nas cidades maiores como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belém, etc. No seu modesto trabalho, por sua proverbial dedicação e espírito de luta, ascendia no emprego, galgava posições da administração, de parceria nos negócios e finalmente de direção. Fazia assim, a carreira comercial. Evoltava rico. Paradigma desse emigrante português, em sua maioria do norte de Portugal e das Beiras, foi Manuel José Ribeiro, Visconde e Conde de São Bento, que ora merecidamente se homenageia no centenário de seu falecimento. Nasido em Santo Tirso, em 1807, filho de pais pobres, foi com 11 anos de idade tentar a fortuna no Brasil. Ea alcançou. Sua tenacidade foi especialmente revelada no gesto de insistir em ir para o Brasil. Na primeira viagem, em 1818, teve de retornar a Portugal em certa altura, pois seu navio tinha sido assaltado por piratas e com dificuldade conseguiu de novo estar em solo pátrio. Partindo pela segunda vez, chegou ao Pará às vésperas da Independência. Alistou-se no Exército e depois empregou-se no comércio, subindo, pelas suas qualidades de trabalho, de empregado a sócio. Em 1865, quando veio a Portugal, já triunfante em sua vida, fixou-se por

(1) Ex-Embaixador do Brasil em Portugal. Autor de vários livros sobre Eça de Queiroz.

algum tempo em sua terra natal. Nova ida ao Brasil e ei-lo de volta à pátria, definitivamente. Seus sentimentos filantrópicos trouxeram para sua vila grandes benefícios. O Rei D. Luís, em 1881, concedeu-lhe o título de Visconde de São Bento e, em 1886, o de Conde de São Bento. E o povo de Santo Tirso lhe erigiu estátua em praça pública.

Não é tarefa difícil recolher nomes de quase uma centena dos chamados *Brasileiros* do século XIX que foram titulados pela Monarquia portuguesa, de Conde do Alto Mearim ao Visconde de Veiga Cabral. Grandes escritores portugueses do século passado, especialmente Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz, se referiram em sua produção literária à chamada figura do *Brasileiro*. É evidente que muitos e muitos não tiveram a ventura e o privilégio de ser galardoados com títulos nobiliárquicos. Mas foram, certamente, numerosos, aos milhares, os que partiram pobres para o Brasil e, mercê de seu trabalho, seu empenhamento e seu tino, voltaram abastados, tendo distribuído pingues benesses no Brasil e em Portugal. Eça de Queiroz, como era de seu estilo, foi mordaz no julgamento sobre o *Brasileiro*, *não o brasileiro brasileiro, nascido no Brasil — mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico*. Em uma de suas Farpas, recolhida em *Campanha Alegre-II*, de Fevereiro de 1872, dedicou-se, de forma ferina, picante, a comentar a figura do *Brasileiro*, o *rico torna-viagem*. Obviamente, não se dirigia a personalidades de alta craveira e vida edificante que então abundaram. Dizia Eça que o *Brasileiro* é o português dilatado pelo calor; era o português desabrochado: *Cada lisboeta, sabe-o, traz em si a larva de um brasileiro. Nós aqui vestimos cores escuras, lemos Renan, repetimos Paris, e no entanto cá dentro, fatal e indestrutível, está aboborando — um Brasileiro*. A propósito do *Brasileiro*, Eça de Queiroz — que, como Camilo Castelo Branco, nunca esteve no Brasil — se refere à boa feijoada comida em mangas de camisa. Mas disse ele que se esmagarmos a abóbora a grandes golpes de chacota, é sobre a nossa própria e rica pessoa que descarregamos o riso fero. *Tenhamos juízo! Reconheçamo-nos neles como nós mesmos — ao sol!* Depois da ironia, vem o sério apreço pelo *Brasileiro*: *se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome!* Também em *Notas Contemporâneas*, no texto-prefácio do “*Brasileiro Soares*”, de Luís Magalhães, Eça de Queiroz volta a desenhar o perfil do *Brasileiro*: um labrego que deixava a enxada e embarcava para o Brasil no porão de uma galera, e anos depois voltava endinheirado, a edificar palacete, a dar jantares ao abade, a tramar eleições e a ser barão...

Camilo Castelo Branco, em muitas e muitas ocasiões se refere à figura do *Brasileiro* em sua imensa obra, em que, a propósito desse tipo, emprega vocábulos brasileiros. Tem mesmo um romance, *A Brasileira de Prazins*, em que a personagem central é a sobrinha de um *Brasileiro*. Marta, diz Camilo, na abertura da novela, era filha de um lavrador mediano, o qual tinha em Pernambuco *um irmão rico de quem dizia o diabo*.

Falava mal dele porque no espaço de vinte anos, lhe mandara três moedas com os seguintes encargos: à mãe, 6\$000 réis fortes, às almas do Purgatório, de Negrelos, 3\$000 réis também fortes, que lhos prometera quando embarcou e o resto para ele — 5\$400 réis, dizia, é o que o maroto, podre de rico, me mandou em vinte nos! Em *Maria Moisés*, belíssimo texto das *Novelas do Minho*, um personagem, Antônio de Queiroz, depois de todas as provações por que passou em seu amor contrariado (Josefa de Santo Aleixo), vai para o Brasil onde permanece 38 anos, abraça a carreira militar e alcança a patente de general, para depois retornar a Portugal e comprar por dez mil cruzados em soberanos para Maria Moisés — filha de seu antigo amor, a qual só então iria descobrir e conhecer — a quinta de que ela precisava. Em *A Corja*, Camilo se refere a Trigueiros, marido de Nazaré, que ele chama *brasileiro de profissão*.

Camilo Castelo Branco, em dado momento, cogitou de ir para o Brasil e com esse fito escreveu em 1866 para seu grande amigo, Faustino de Novais, poeta e escritor que residia no Brasil, a quem faltou êxito em sua vida patrimonial. Sua resposta foi incisiva: que não cometesse o *desatino* de ir para o Brasil como escritor. No livro *Ignez D'Horta*, comédia de autoria de Faustino Xavier de Novais, prefaciada e seguida de estudo biográfico-literário pelo Visconde de Sanches de Frias, Lisboa, 1907, vem parcialmente transcrita a carta de Faustino Xavier de Novais a Camilo Castelo Branco, datada de 23 de outubro de 1866, em resposta à consulta do grande prosador. Em certa altura dizia Faustino:

Responderei agora às tuas últimas perguntas e reflexões sobre a possibilidade de não nos tornarmos a ver. É isso o mais provável e quase certo. Eu não conto voltar a Portugal; e o desejo, que tenho, de abraçar-te não me compele a trair a amizade, aconselhando-te que venhas cá. Não sonhes semelhante desatino. Verdade é que eu cá estou; mas entre nós há diferenças incontestáveis. Tu não podes ser senão literato; nasceste só para isso: eu nasci artista, fiz-me literato por mania; a mania passou; e conquanto eu reconheça que não sou de todo burro, amoldo-me às circunstâncias e trabalho em tudo, que se me oferece.

— É obrigatório que venhas rico? — perguntas-me tu.

Desgraçada ilusão é essa. Então, apesar de quanto daqui te tenho dito, entendes que a riqueza no Brasil é só questão de tempo? Pois, meu amigo, não tenho um vintém de meu.

Devo agora antecipar resposta a esta pergunta:

— Então que fazes no Brasil?

Respondo: aqui paga-se melhor do que lá tudo o que não seja trabalho literário. Tenho atualmente dois empregos; labuto muito; satisfaço a obrigação, que me impus, de manter mensalmente a meu pai (no Porto) 30 mil réis fortes; o resto chega-me para viver, tendo casa e mesa gratuitas, não indo a divertimento algum, e vivendo uma vida modesta.

A protetora de Faustino era a Baronesa de Taquary que logo faleceria, no ano em que o poeta escrevia essa carta, com 80 anos de idade. Assinale-se que o pai de Faustino morreria no ano seguinte, 1867, e o próprio Faustino, no ano de 1869.

E por fim uma referência especial a Adriano da Costa Ramalho, português que emigrou para o Brasil no século XIX, aí enriqueceu, naturalizou-se cidadão brasileiro e retornou a Portugal com grande fortuna. Em 1910, fez testamento público pelo qual doava a quinta que possuía na freguesia de Lordelo do Ouro, no Porto, à Nação brasileira para residência dos cônsules em exercício naquela cidade com a condição da conservação e limpeza do seu mausoléu no Cemitério de Agramonte. Se o Brasil não aceitasse a doação do referido imóvel, bem como do usufruto de títulos do Fundo Externo Português no valor de 1000 libras esterlinas, passariam os mesmos, com as mesmas condições e para o dito fim, às seguintes nações pela ordem em que vinham mencionadas: Inglaterra, Alemanha, França, Dinamarca, Holanda, Noruega e Bélgica. A Vila Adriano passava, logo em seguida ao desaparecimento do benfeitor, à Senhora Delfina Augusta Vieira, como usufrutuária. Por falecimento desta, em 1920, a Vila Adriano veio a ser propriedade plena do Governo brasileiro. Tive em 1990 o privilégio e a felicidade de morar nessa casa como Cônsul Geral do Brasil no Porto.